

**ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FORNOS DE ALGODRES,
REALIZADA NO DIA TRINTA DE DEZEMBRO DE
DOIS MIL E TREZE**



Aos trinta dias do mês de Dezembro de dois mil e treze, pelas nove horas e trinta minutos, realizou-se no auditório dos Paços do Município, uma Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Fornos de Algodres, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

2 – ORDEM DO DIA

- a) Aprovação dos Documentos Previsionais para 2014;
- b) Eleição de dois elementos integrar a Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela;
- c) Eleição do Presidente de Junta de Freguesia que representará o Município em reuniões da Associação Nacional de Municípios Portugueses, Assembleias distritais e Associação Nacional de Freguesias;
- d) Designação de um representante da Assembleia Municipal, na Comissão de acompanhamento do Processo de Revisão do Plano Diretor Municipal;
- e) Designação de quatro pessoas que irão integrar a Comissão Alargada da CPCJ.

3 – OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O CONCELHO

4 – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

Aberta a Sessão, o Sr. Presidente da Assembleia cumprimentou todos os presentes, e de seguida procedeu-se à chamada dos membros da assembleia, tendo-se verificado a presença dos seguintes: Carlos Manuel Andrade Costa, José Severino Soares Miranda, António José Elvas da Rocha, Artur Francisco Almeida de Oliveira, Manuel Gonçalves dos Santos, João Alexandre Teles Abreu Castelo Branco, Luís Miguel Ginja da Fonseca, Rui Manuel Ferreira Lopes Furtado, Nélio Alexandre Ferreira Sequeira, Marcos André Lopes Paulo, Cristina Maria Campos Guerra, Tiago Rafael Pratas Andrade, Pedro Miguel Santos Oliveira, Elsa Fortunato Cardoso Fulgêncio, Tiago Miguel da Costa Vaz de Sousa, Paulo Jorge da Costa Dinis, Américo

Oliveira Domingues, Álvaro Pedro Ferreira dos Santos, António Gonçalves Gomes, Luís Soares Agostinho, Luís Filipe Rodrigues dos Reis, Maria João Castanheira Albuquerque, António Eduardo Ribeiro da Silva, Vitor Hugo Cardoso Dias, Rui Manuel Andrade Gomes, Manuel Almeida Paraíso e António Pires Fonseca.

O Presidente da Assembleia questionou os membros da Assembleia sobre se havia alguma proposta de alteração ao projeto da ata da anterior sessão, tendo o membro da Assembleia Luís Miguel Ginja, dito que nas votações o termo maioria não está correto porque não é a maioria dos membros, tendo o primeiro secretário dito que o correto é maioria relativa, pelo que se vai corrigir a ata.

Posteriormente colocou a votação a ata tendo sido aprovada por unanimidade.

Depois leu a convocatória e entrou-se no ponto um: -“Período Antes da Ordem do Dia”, tendo usado da palavra o membro da Assembleia António Elvas da Rocha, para lamentar que na sua intervenção na última sessão tenha sido interpretada como uma ameaça aos Srs Presidentes da Junta, não foi como tal, mas sim como um alerta.

Depois falou num estudo que saiu sobre o poder de compra, tendo constatado que o nosso concelho se encontra em último lugar a nível do distrito da Guarda, e no Ranking de transparência municipal, disse que aparece nos últimos lugares, tendo solicitado ao executivo que de futuro haja uma maior preocupação para estas questões.

Por fim, lamentou que os deputados do distrito da Guarda do PSD tenham votado contra, o projeto de reabertura do troço ferroviário da Guarda/Covilhã, que está na Assembleia da República.

O Membro da Assembleia Carlos Costa fez votos que tenham tido um bom Natal e questionou o Presidente da Assembleia sobre o Regimento, se tinha o mesmo entendimento que o seu antecessor e se enviavam o regimento a todos os membros da assembleia para numa próxima sessão se poder analisar.

O Presidente da Assembleia disse relativamente ao Regimento, que enquanto não tiver instalações e um núcleo de apoio, para poder abrir, analisar a correspondência e tratar dos assuntos inerentes ao funcionamento da

Asssembleia, não ia analisar o Regimento. Questionou o Presidente da Câmara acerca do orçamento da Assembleia e de não ter havido a informação escrita do presidente da câmara.

O Sr. Presidente da Câmara desejou a todos um bom natal e um bom ano novo, tendo referido que a Câmara tem preocupações a nível do emprego e vai durante o seu mandato, arranjar medidas para a criação de postos de trabalho, para que essas situações sejam resolvidas.

Quanto ao ranking da transparência foi feito com base em informações do anterior executivo, mas esse estudo tem itens que são fáceis de resolver, como a publicidade de vários documentos (regulamentos, atas, etc.) e essa situação é fácil de inverter.

Relativamente à questão do Presidente da Assembleia, disse que depois dos funcionários que estão destacados regressarem e de reorganizarem os serviços, a Mesa da Assembleia vai ter aqui um gabinete e um núcleo de apoio, depois de conversa entre os dois. No que diz respeito à dotação orçamental da Assembleia Municipal, disse que foi feita com base na média do ano anterior.

Quanto à Palavra do Presidente, disse que fez uma informação escrita ao Chefe de Divisão Administração Geral, não tendo obtido resposta e por esse facto não foi elaborada.

O Presidente da Assembleia disse que esperava que agora decidisse, tendo referido que o gabinete até pode ser nas águas furtadas. Em resposta o Presidente da Câmara referiu que até ao dia 15 de Janeiro o assunto ficava resolvido.

Relativamente à dotação orçamental, reconheceu que deveria ter falado com o Presidente da Assembleia. No que diz respeito ao estudo de transparência, tem a ver com a divulgação de documentos, regulamentos, atas, ... etc.

No que diz respeito ao poder de compra, o Presidente da Assembleia lamenta que o membro da assembleia só agora tenha reparado, porque quando o Município esteve melhor não reparou.

Passou-se de seguida, à alínea a) da Ordem do Dia: - "Aprovação dos Documentos Previsionais para 2014", tendo o Presidente da Assembleia

lido a minuta da ata relativa a este assunto e deu a palavra ao Presidente da Câmara para explicar os Documentos.

O Presidente da Câmara disse que antes de mais queria louvar o trabalho desenvolvido por alguns funcionários da autarquia, nomeadamente a Graça Silva, o Ricardo Silva e a Graça Pereira, porque não tiveram apoio técnico de nenhum gabinete exterior, apenas de um vereador.

Referiu ainda, que quis apresentar um documento onde explanasse todas as informações e opções políticas que o executivo fez; uma das opções que o executivo fez foi dotar a Câmara com mais um vereador a tempo inteiro, porque prefere gastar dinheiro com essa opção do que com despesas honoríficas, também as despesas com as ajudas de custo em viatura própria vão acabar, porque havia exageros, por parte de alguns funcionários. Disse que as despesas com combustíveis também baixaram bastante, porque havia abusos com a utilização dos cartões galp frota. Depois referiu que a despesa com o serviço de dívida representa 1/3 do orçamento.

O Membro da Assembleia Manuel Gonçalves, desejou a todos um bom ano, e referiu que este documento é previsional e por isso estes valores vão ser objeto de possíveis alterações, teve algumas dúvidas em relação ao software informático, refeições escolares, mas já tinha sido esclarecido na reunião de preparação.

Em relação ao orçamento, as situações indevidas com a utilização de cartões galp frota, referiu que é um roubo e apelou para que situações dessas e outras que não sejam despesas da Câmara, sejam pagas por quem as fizer. Acrescentou ainda que quem ganhou as eleições nesta Câmara, foi o Partido Socialista e o modo de gerir vai ser diferente, os princípios orientadores que definem este orçamento, e que o leva a votar favoravelmente são: o rigor, avaliação e prudência nos pressupostos que serviram de base à projeção da receita e da despesa. Não é possível fazer mais neste orçamento em virtude da dívida, pelo que há que haver seletividade da despesa. Disse, ainda que louva a Câmara Municipal porque teve preocupações sociais neste orçamento, pelo valor atribuído às juntas de freguesia e a convergência de meios nas principais prioridades sufragadas pelos munícipes em 29 de Setembro, vem expresso no relatório, aquilo que foi um compromisso eleitoral do Partido Socialista.

O membro da assembleia Maria João Albuquerque, manifestou o agrado com as transferências para as Juntas de freguesia e gostaria de saber qual o valor a atribuir a cada junta e de que forma.

O membro da assembleia Cristina Guerra, desejou um bom ano e disse que leu os Documentos, que lhe pareceram razoáveis, e referiu que o apoio à ação social escolar, já é uma prática reiterada, a alimentação no 1º ciclo é gratuita, pensa que não seja a melhor opção, porque há pessoas que não necessitam e cada vez mais as crianças passam menos tempo com a família, sobre a oferta de manuais escolares, deve ser considerada a hipótese de reutilização dos mesmos.

Relativamente à habitação social, solicitou informação sobre se o que a Câmara recebe do arrendamento, vai ser afetado a essas mesmas habitações, porque nos documentos não vê lá essa verba; os blocos já têm alguns anos, e nunca deu conta de terem sido intervencionados e o município deve dar o exemplo.

Realçou a atenção que se dá ao desporto e à vida saudável, mas lamentou o facto das piscinas não estejam abertas noutros períodos que não os do ano escolar.

Referiu que nas despesas com o pessoal, não viu nenhuma redução e que o preço da água quase duplica, por isso gostaria de saber que contrato se fez com a empresa águas do Zêzere e Côa.

No que diz respeito à elaboração dos Documentos, porque é que não haviam de ser elaborados pelos funcionários da Câmara, pois sempre lhe pareceu haver funcionários competentes.

O Membro da Assembleia João Castelo Branco, disse que o Orçamento é um documento previsional, vê-se que está trabalhado e é um documento técnico, mas o que o preocupa é a despesa com o pessoal, porque viabilizou o aumento de impostos por causa das dificuldades financeiras do município, não acha prudente o aumento da despesa com o pessoal espera que corra bem.

O Membro da Assembleia Artur Oliveira disse que já tinha alterado a sua intervenção face à explicação do Presidente da Câmara, no entanto queria deixar alguns reparos, primeiro quanto à justificação de tudo com o Plano de Reequilíbrio Financeiro, porque a anterior Câmara tinha um paradigma que era

o investimento, despesas de funcionamento e despesas com o pessoal, neste momento o paradigma possível será despesas de funcionamento e com o pessoal e já não terá a possibilidade de inscrever o investimento, porque 1/3 do seu orçamento está afeto ao esforço da dívida, e que era do conhecimento de todos a situação financeira do Município. Segundo, o Documento está bem apresentado, na sua opinião, é uma descrição um pouco teórica e académica, de difícil implementação, nomeadamente, na criação do emprego, turismo e animação da economia local, lembrando o desafio lançado pela bancada do partido socialista para a necessidade de criação de emprego. Depois na ação social escolar, fala-se na sua implementação, e na sua opinião, e como já foi referido, trata-se de dar continuidade ao que vinha a fazer-se. No que diz respeito ao Plano Municipal de Educação, solicitou informação sobre a Carta Educativa que existe, se vai ser aproveitada e se o Conselho Municipal de Educação vai ser reativado. Por fim, disse que o maior problema na educação é mesmo a falta de alunos, pelo que lançou um desafio ao executivo para a implementação de medidas de forma a que se possam captar mais alunos para a Escola.

No que diz respeito ao valor da derrama, acha irrealista a receita prevista e relativamente ao anexo 5, Requalificação da Serra da Esgalhada projeta tudo para 2015, não prevendo quase nenhum pagamento em 2014; salientou a página 10 do programa autárquico, o orçamento participativo, o debate de ideias, tendo referido que estamos perante um novo estilo de interação entre o município e os munícipes, pelo que se espera que resulte e por tudo isso acha que não se deve, através da votação, inviabilizar a governação do Partido Socialista na Câmara.

O Presidente da Assembleia disse que pelas razões que já apontou, não preparou como devia, no entanto, questionou o facto de não estar prevista nenhuma verba, nem para receber nem para pagar, referente à biblioteca municipal, porque há a possibilidade de ir aos fundos comunitários em 2014, bastando a rubrica estar inscrita no Orçamento com uma verba residual. O mesmo se passa com o espaço museológico, que englobava o museu de Fornos tornando o espaço mais interativo e com uma loja promocional de produtos regionais. Referiu, ainda, que tudo o que está por pagar a Câmara vai ter que pagar.

Referiu ainda, que o orçamento é previsional, pode inscrever 30.000,00 Euros, de transferências para as Juntas de Freguesia e depois sair para outras rubricas.

Relativamente à reunião que houve com os presidentes de junta, referiu que é muito importante para se saber quais as necessidades das freguesias, mas não gostou de saber que um colaborador do executivo disse a um presidente da junta que quem viesse primeiro pedir é que se aconchegava, e dizer que em 2014 não havia dinheiro; o Presidente da Câmara quando apresentou a sua candidatura disse que a Câmara tinha uma dívida de 35.000.000,00, quando realmente é de 32.000.000,00, e disse que a ia renegociar, portanto não pode servir de desculpa porque era do conhecimento de todos.

No que diz respeito a ajudas de custo disse que desconhecia, quanto ao combustível referiu que soube ter havido roubo de combustível, e soube quem foram os funcionários, tendo, a partir dessa altura, ficado o Engº Paulo Santos com os cartões no Gabinete dele.

Acerca dos pagamentos honoríficos disse que foi da aquisição de alfinetes de ouro que se atribuem aos funcionários quando são condecorados pelo anos de serviço.

O Presidente da Câmara disse que relativamente à dívida e ao empréstimo, sabe que foi feito um ajustamento ao Plano de Reequilíbrio Financeiro, o mesmo está no Gabinete do Secretário de Estado da Administração Local; referiu também, que teve uma audiência com a Srª Ministra das Finanças, no sentido de conseguir condições mais vantajosas para pagar o empréstimo. Referiu ainda, que em Março ou Abril vai sair nova legislação, e está a trabalhar em conjunto com a tutela para arranjar uma solução que onere menos o Município.

Relativamente aos Presidentes de Junta de Freguesia, salientou que todos estão a ser tratados de igual forma, independentemente da cor política e não era por chegar primeiro que iria ser melhor tratado. A Câmara não vai fazer nenhuma intervenção nas juntas de freguesia sem ouvir primeiro o respetivo presidente.

No que diz respeito aos valores que estão por pagar, referiu que a Câmara é uma pessoa de bem, e estão a tentar resolver essa situação. Acerca

da dívida às Águas do Zêzere e Côa, frisou que enquanto não se resolver a questão que está no Tribunal, estão a colocar o dinheiro numa conta à parte para poder pagar mais tarde. Referiu, ainda que está a ser muito rigoroso nas contas e que quer resolver os problemas que existem no município.

O Presidente da Assembleia disse que está plenamente de acordo em tudo o que disse exceto às Águas do Zêzere e Côa, porque há Municípios que devem milhões à empresa, estão a usar esse dinheiro para fazer investimento nos seus concelhos, e os que estavam a pagar que eram apenas dois, não podiam fazer investimento porque estavam a pagar quando esse acerto pode ser feito quando for a negociação da baixa.

O Presidente da Câmara relativamente à questão do membro da assembleia Artur Oliveira que referiu que o Plano de Reequilíbrio financeiro não pode ser justificação para tudo, ele concorda mas não pode esquecer que 1/3 do Orçamento é para pagamento da dívida. Relativamente à criação de emprego salientou que não era fácil para concelhos mais evoluídos e naturalmente não vai ser fácil, mas qualquer investidor que queira vir para cá, estão aqui para apoiar e para ajudar a encontrar soluções para esse problema. No que diz respeito à Carta Educativa ela existe, o que se pretende criar é o Plano Municipal de Educação, porque como disse que o problema maior é a falta de alunos, a Câmara terá que fazer alguma coisa nesse sentido conjuntamente com a escola, por exemplo publicitarem a escola de referência que tem sido, para que possa atrair mais alunos. Lembrou que ele própria tinha lançado um desafio ao anterior Presidente da Câmara, aquando da construção do centro escolar para que se fizessem um conjunto de ações por forma a captar mais alunos.

Relativamente à intervenção do membro João Castelo Branco informou que o aumento dos custos com o pessoal se deve ao facto dele ter optado por ter mais um vereador e do seu próprio vencimento ser pago na íntegra pela Câmara o que não se verificava com o anterior Presidente.

No que diz respeito à intervenção do membro Cristina Guerra, acerca da ação social escolar, disse que também acha que deve haver uma diferenciação, porque as pessoas que podem pagar devem pagar. Relativamente aos manuais escolares referiu que decorre da Lei e só podem ser usados 3 anos.

Relativamente à habitação Social esclareceu que as reclamações que têm havido é mais com os habitantes, vão criar um regulamento onde haja deveres e obrigações por parte dos moradores.

Acerca das piscinas, disse que existe um problema grave, que decorreu de uma avaria numa peça que tinha que ser adquirida e o fornecedor exigiu metade do pagamento e como a Câmara não dispunha dessa verba, demorou mais. Neste momento está a ser intervencionada com o acompanhamento dos Serviços Técnicos da Câmara e espera que se resolva o assunto brevemente. Referiu ainda que quando as piscinas estiverem em condições não há problema nenhum que elas estejam abertas noutros períodos que não os escolares.

No que diz respeito aos custos com o pessoal e despedimentos, salientou que não pretende despedir nenhum funcionário, nem colocar na mobilidade nem através de rescisões amigáveis, pelo que não há nenhuma verba inscrita, no Orçamento.

Relativamente ao contrato elaborado com a empresa Águas do Zêzere e Côa disse que na altura que foi elaborado, todos os custos foram contabilizados, incluindo o Município da Covilhã que eram mais 50.000 habitantes, o município saiu do contrato, e os custos refletiram-se nos outros municípios.

Acerca das transferências para as Juntas de Freguesia disse que vai ser elaborado um protocolo, e esse valor vai ser negociado com os Presidentes de Junta para no 1º trimestre do próximo ano, se proceder em conformidade.

Relativamente à candidatura do espaço museológico, comentou ter falado com a diretora da Adruse, à qual solicitou alguns esclarecimentos sobre a titularidade dos terrenos, e é para continuar.

No que diz respeito à biblioteca referiu que a obra é para continuar.

O Presidente da Assembleia solicitou informação sobre se para além dos dois vereadores a tempo inteiro, está previsto também um chefe de gabinete e duas secretárias, se vão ser pagos como tal. O Presidente da Câmara respondeu que as duas secretárias vão ser pagas como tal, quanto ao chefe de gabinete, está orçamentado, mas só posteriormente se vai fazer essa opção.

O Presidente da Assembleia colocou à votação a aprovação os Documentos Previsionais para 2014, tendo sido aprovados por maioria relativa com os votos a favor dos membros do Partido Socialista, do membro do CDS e do Presidente da Junta de Freguesia independente, tendo-se os outros membros do PSD absterido.

De seguida passou-se à alínea b) – “Eleição de dois elementos para integrar a Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela”, tendo o Senhor Presidente da Assembleia dado 5 minutos de interregno nos trabalhos, para procederem à apresentação de nomes, para se proceder à votação.

Retomados os trabalhos o membro da Assembleia Carlos Costa, apresentou uma lista conjunta com os seguintes nomes: dois elementos efetivos, Artur Francisco Almeida de Oliveira e Manuel Gonçalves dos Santos, e um elemento suplente Cristina Maria Campos Guerra.

Procedeu-se à votação por escrutínio secreto, tendo-se verificado que votaram 15 membros, tendo a lista sido aprovado por unanimidade, com 15 votos a favor.

Posteriormente passou-se à alínea c) – Eleição do Presidente da Junta de Freguesia que representará o Município em reuniões da Associação Nacional de Municípios Portugueses, Assembleias Distritais e Associação Nacional de Freguesias”, tendo o Senhor Presidente da Assembleia, dado 5 minutos de interregno nos trabalhos para procederem à escolha.

Retomados os trabalhos, foram apresentados os seguintes nomes: presidente de Junta de Freguesia efetivo – Américo Oliveira Domingues e suplente Luís Filipe Rodrigues Reis.

Procedeu-se à votação por escrutínio secreto, tendo votado os 12 presidentes de Junta de freguesia, verificou-se que foram eleitos por unanimidade com 12 votos a favor.

Passou-se à alínea d) – “Designação de um representante da Assembleia Municipal, na Comissão de Acompanhamento do Processo de Revisão do Plano Diretor Municipal”, tendo o Sr. Presidente da Assembleia proposto um intervalo de 5 minutos de interregno, para procederem à escolha de um nome.

Retomados os trabalhos, foi apresentado o nome de Carlos Manuel Andrade Costa.

Procedeu-se à votação por escrutínio secreto, tendo-se verificado que votaram 27 membros, tendo sido eleito por unanimidade, com 27 votos a favor.

De seguida, passou-se a alínea e) - “designação de quatro pessoas que irão integrar a Comissão Alargada da CPCJ”, tendo o Sr. Presidente da Assembleia proposto um intervalo de 5 minutos para procederem à escolha de quatro nomes.

Retomados os trabalhos foram propostos conjuntamente os seguintes nomes: Dr^a Diana Isabel Baltazar Martins, Dr^a Patrícia Ribeiro Almeida, Prof^a Maria Emília Freitas Gonçalves Gomes e Porfírio Simões Paraíso.

Feita a votação, foram eleitos as pessoas propostas, tendo-se verificado que votaram 27 membros, tendo sido aprovado por maioria com 26 votos a favor e um voto contra.

Por fim passou-se, a Outros Assuntos de Interesse Para o Concelho, tendo usado da palavra o Membro da Assembleia Manuel Paraíso, para saber o que é que se passava com o sistema de recolha de lixo na maior freguesia do concelho.

O Membro da Assembleia Pedro Oliveira, solicitou informação ao Sr. Presidente da Câmara sobre quais as ações em concreto que tomou em relação ao possível encerramento do tribunal e finanças no nosso concelho.

O Membro da Assembleia Manuel Gonçalves referiu-se à forma cívica e ordenado como decorreram as quatro eleições, nesta assembleia.

Deu os parabéns à Câmara pelo trabalho espetacular que os funcionários da Câmara fizeram na EN16.

Deixou um alerta ao Sr. Presidente da Câmara para as mimosas que crescem no antigo IP5, e as entradas que continuam a constituir um perigo.

Solicitou a colocação de um ecoponto em Fornos Gare e deixou um repto ao Sr. Presidente da Câmara para aproveitar as potencialidades que o concelho tem, nomeadamente a quantidade de jovens que tocam instrumentos musicais, têm capacidades para fazer grandes coisas, sem se gastar muito dinheiro.

O membro da Assembleia Marcos Paulo, solicitou informação sobre o que se está a passar com a Avenida 25 de Abril, porque já está intransitável há algum tempo.

O membro da Assembleia Carlos Costa disse que a Câmara deveria afetar alguns meios para que o sistema pluvial funcione minimamente.

Solicitou informação sobre se no efetivo municipal há muitos funcionários com acumulações de funções.

O Membro da Assembleia Luís Agostinho falou na reunião que houve com os presidentes de Junta, tendo referido que só apoiando as juntas de freguesia haverá progresso no concelho.

Referiu-se à Associação Desportiva de Fornos de Algodres, solicitando que todos apoiem a desportiva para que possam honrar os compromissos que têm.

O membro da Assembleia Tiago Sousa, deu a conhecer o programa que a Junta de freguesia de Figueiró está a desenvolver na mesma salientando que é um programa que visa criar e desenvolver atividades desportivas musicais e de expressão plástica e outras, entre elas um passeio à terra dos sonhos em Santa Maria da Feira, que tem como objetivo a interação entre os jovens dos 3 aos 16 anos e está a ser acompanhado por pessoas da freguesia, algumas que estavam desempregadas e que têm demonstrado muita dedicação a este projeto. Aconselha que deve ser um projeto a adotar por outras freguesias.

O Presidente da Assembleia, disse que relativamente à avenida 25 de Abril, ficava feliz porque foi uma obra tão contestada e é tão utilizada.

Fez um reparo sobre a visita que os franceses de Sainte Consoce fizeram a Fornos, referindo que houve um conflito de organização entre os bombeiros e a Câmara, mas quando o nome da Câmara é utilizado há que ter algum cuidado, porque quando é convidado o presidente da Câmara de lá deveriam ser convidados os eleitos e as pessoas que foram a França.

Relativamente à ceia de natal dos funcionários, disse que ficou contente pelo facto da Câmara ter assumido a despesa, porque havia muita gente a criticar que deveria ser a Casa de Pessoal e os funcionários a pagar. Depois fez um reparo, porque fizeram consulta de preços aos restaurantes e depois não lhe disseram quem tinha ganho e porquê.

Em resposta o Sr. Presidente da Câmara disse que relativamente à recolha de lixo não sabia, vai ver o que se passa.

Quanto ao encerramento dos serviços disse que no que diz respeito às Finanças, advém do memorando da troika o encerramento de alguns serviços, não há nenhuma informação, o processo está a ser estudado, sabe que o chefe de Finanças tem feito um trabalho eficiente, no sentido de ser mais um argumento para que o mesmo não encerre.

No que diz respeito ao Tribunal, referiu que não tem mais nenhuma informação adicional, tendo já sido pedida uma audiência à Ministra da Justiça.

Relativamente ao IP5 disse que vai ser acautelada a sua limpeza, vão criar equipas para esses serviços.

No que diz respeito à Avenida 25 de Abril, salientou que já era para ter sido intervencionada, mas começou a chover; já foram compradas as manilhas para colocar por baixo da avenida e vão os serviços técnicos da Câmara fazer o serviço e depois haverá uma 2ª fase que é a colocação de betuminoso.

Acerca da acumulação de funções referiu que sabe quais são os funcionários que têm, elas têm que ser renovadas anualmente, vai avaliar esses pedidos, tendo em conta que não haja conflitualidade com o trabalho que cada um desempenha, mas alertou que há funcionários que não têm essa autorização e vai de uma forma pedagógica elucidar os mesmos para que a solicitem.

Relativamente à reunião com os Presidentes de Junta, disse que em Janeiro se vai proceder em conformidade.

No que diz respeito ao Apoio à Associação Desportiva de Fornos de Algodres, disse que tem o apoio da Câmara e o seu apoio pessoal.

Quanto à visita dos franceses disse que foi confrontado com o presidente da direção dos Bombeiros Voluntários que lhe solicitou que recebesse os franceses na Câmara, houve um lapso por parte da Câmara, não ter convidado o anterior vereador Artur Oliveira, ao qual já pediu desculpas pessoalmente, as pessoas que foram a França não foram convidadas porque não se disponibilizaram para receber os franceses, segundo informação que teve, dos bombeiros.

Relativamente à Ceia de Natal disse que foi um lapso, os serviços não terem dado a informação.

Por fim, elogiou o trabalho que foi feito pela oposição na aprovação do Orçamento, e desejou um bom ano a todos.

Um elemento do público, Porfírio Paraíso, questionou o Presidente da Assembleia Municipal, no sentido de fazer uma intervenção, ao que lhe foi respondido que o público presente que queira fazer uma intervenção terá que o fazer antecipadamente, no início da Sessão, no período e termos fixados pela Mesa, a sua inscrição, referindo nome, morada e assunto a tratar, mas como era a primeira sessão deste mandato deu-lhe autorização para o fazer.

O elemento do público, Porfírio Paraíso, fez uma intervenção assente em dois pontos: primeiro questionou o Presidente da assembleia, o Presidente de Câmara e o presidente da União das Freguesias de Juncais Vila Soeiro e Vila Ruiva, sobre o que é que se passava com a empresa que estava a construir na Zona Industrial de Juncais.

Segundo: questionou o facto do anterior presidente da Câmara ter apresentado uma queixa crime contra desconhecidos no blog do PS, por difamação, mas como não havia provas o mesmo foi arquivado, pelo que gostaria de saber quem é que pagou as custas do tribunal, porque na altura o processo estava em papel timbrado da Câmara.

O Presidente da Câmara disse que relativamente à empresa que está a construir na Zona Industrial de Juncais, soube que a Câmara passou uma certidão de localização, a qual o chefe da DAG levantou dúvidas quanto à sua emissão, depois houve uma questão levantada pelo presidente da União das Freguesias de Juncais, Vila Ruiva e Vila Soeiro do Chão quanto à legitimidade daquele empreendimento; já teve várias reuniões com a empresa havendo uma série de questões contraditórias que não estão resolvidas. Referiu que foi uma candidatura apresentada ao COMPETE, identificado como tipologia 1, esta tipologia inviabiliza a construção de qualquer outro empreendimento naquela Zona e há ainda o facto de poder ser uma indústria altamente poluente; o empresário disse que não e que estava tudo preparado para que não houvesse problema nenhum, mas os serviços técnicos agora tinham algumas dúvidas e perante isso, contactou a CCDRC, o Ministério da Economia e os Serviços Técnicos da Câmara, para que quando tiverem todos os pareceres, possam decidir.

O Presidente da Junta da União das Freguesias de Juncais, Vila Ruiva e Vila Soeiro do Chão, disse que inicialmente os terrenos foram cedidos a outra empresa e é para construção de painéis sandwich, só em plenas

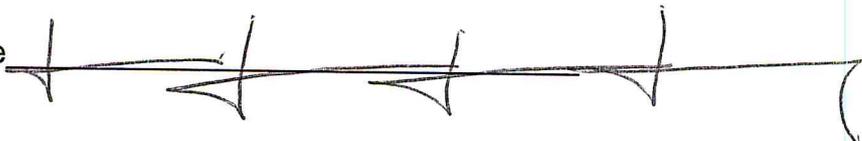
eleições é que teve conhecimento que era outra empresa e ao fim a que se destinava, pelo que enalteceu a coragem do Presidente de Câmara em ter tomada a decisão que tomou, porque é uma unidade do tipo 1, reciclagem de baterias de chumbo, o que iria resultar era a transformação de 150.000 toneladas de baterias/ ano e nenhuma empresa deste género é inócua.

O Presidente da Assembleia disse que a Câmara passou uma certidão de localização, posteriormente havia o estudo de impacto ambiental e se chegasse à conclusão que a empresa era poluente a candidatura não ia ser financiada, referiu ainda que a Câmara não quis perder o investimento, tinha que esperar pelas avaliações dos serviços competentes, para depois se pronunciar.

Relativamente à queixa, disse para questionar a Câmara e se houver algum pagamento ilegal ele repõe.

De seguida, foi deliberado por unanimidade a elaboração da ata em minuta; foi lida a minuta da ata e submetida a votação, tendo sido aprovada por unanimidade e assinada pela Mesa.

E, não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia, de imediato encerrou a sessão, da qual se lavrou a presente ata, que vai ser assinada nos termos da Lei.

O Presidente 

O 1º Secretário 

O 2º Secretário 